

CIENTISTAS, POLÍTICOS E AVENTUREIROS

IMAGENS DA NATUREZA E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

MATO-GROSSENSE

MARIA INÊS MALTA CASTRO¹

Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)

Mato Grosso, área de fronteira, esparsamente povoada e marginal à economia agroexportadora, manteve-se, durante longo tempo, imune ao intenso processo de destruição sistemática e deliberada da natureza que caracterizou a história brasileira nas áreas mais próximas ao litoral ou nas quais se desenvolveram atividades essenciais na dinâmica econômica do Brasil colônia ou independente. Pelo menos até a década 1970 a maior parte da vegetação nativa do território de Mato Grosso encontrava-se ainda preservada.

Ao longo da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX, o território mato-grossense, situado no Centro-Oeste brasileiro, foi alvo da atenção de viajantes nacionais e estrangeiros, políticos, empresários, aventureiros, comerciantes, membros de missões oficiais, atraídos para a região por diversas razões. Devassar e ocupar essa extensa área passou a figurar entre os objetivos estratégicos dos dirigentes brasileiros tão logo o Brasil alcançou a emancipação política, sobretudo levando-se em conta a preocupação do governo

central em assegurar a integridade e o domínio sobre o território herdado do período colonial. Uma ação decisiva nesse sentido demandava um maior conhecimento dos problemas e das perspectivas da região mato-grossense, do que resultaram inúmeras narrativas sobre a região.

176 } Aqueles que escreveram sobre Mato Grosso entre meados do século XIX e início do XX, abarcavam em suas descrições, sempre eivadas de julgamentos e valorações, diferentes aspectos do mundo natural e social percorrido por eles. Em que pesem suas distintas formações e interesses, seus relatos incluíam os mais diversificados aspectos da natureza e da sociedade, num esforço quase enciclopédico de dar conta do real observado. O meio físico – topografia, formação do solo, vegetação, fauna, clima, rede hidrográfica, entre outros – os hábitos e costumes da população, indígena e não-indígena, suas características físicas, aspectos lingüísticos e muitas outras coisas eram descritas e julgadas com critérios condizentes com a visão de mundo e de natureza de que eram portadores os autores dos relatos. Ao longo dos textos, o que se vê, implícita ou explicitamente, é uma preocupação em apontar áreas e setores que poderiam ser atrativos para o estabelecimento de empresas e atividades produtivas, lucrativas e passíveis de investimentos de capital. Sob essa ótica, Mato Grosso aparecia como um local privilegiado, já que considerado vazio e, portanto, um território virgem e propício para a obtenção de retornos elevados para investimentos de capital.

A ocupação da região pelos não-indígenas era ainda relativamente recente e pouco densa, iniciada pela descoberta de veios auríferos em Mato Grosso, em 1719. Em meados do século XVIII, apesar de nunca ter sido totalmente abandonada, a mineração já mostrava claros sinais de esgotamento. Premidos pela escassez de gêneros alimentícios os habitantes da região podiam apenas recorrer aos recursos naturais disponíveis localmente para a obtenção de alimentos. A pesca, a caça e a coleta de frutos, raízes e ervas complementavam a dieta fornecida por plantações rudimentares de alguns poucos gêneros, como feijão, mandioca e milho.

Entre o último terço do século XVIII e as primeiras décadas do seguinte, teve início uma débil produção canaveira e a criação de gado, ambas voltadas para o abastecimento interno. Junto com o estabelecimento de alguns fortes na

área de fronteira, essa ocupação rarefeita e em grande parte nômade, concentrada numa determinada faixa do território então delimitado como a capitania de Mato Grosso, era suficiente para garantir a defesa de vastas extensões permanentemente disputadas pelos espanhóis.

Após a independência do Brasil (1822) a produção açucareira foi incrementada, reativou-se o comércio e alguns produtos passaram a ser exportados em pequenas quantidades, destacando-se ouro, diamante, couro e peles de animais, além de diversos produtos de menor importância derivados do gado: chifres, ossos, unhas, crinas ou cabelos.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) evidenciou a fragilidade da defesa das fronteiras. Com o fim da guerra, o governo imperial passou a preocupar-se com Mato Grosso, procurando garantir a segurança da fronteira contra o risco de invasões estrangeiras mediante o incremento do povoamento da região e de sua inserção no conjunto nacional. Franqueou-se a navegação do rio Paraguai e foram introduzidos navios a vapor para o transporte de mercadorias. Encurtou-se consideravelmente o tempo de viagem entre Mato Grosso e o litoral, despendendo-se agora um mês para fazer o mesmo percurso que antes exigia cerca de três meses.

177

Com a abertura da navegação no rio Paraguai a circulação de mercadorias foi incrementada, a fabricação de açúcar e aguardente cresceu e modernizou-se com a introdução de máquinas a vapor e equipamentos de ferro, novas e antigas atividades econômicas puderam se desenvolver mais livremente. O estreitamento dos vínculos com os mercados nacional e estrangeiro representou um forte estímulo para a entrada de investimentos de capitais, tanto no setor agropecuário quanto no setor extrativo. A partir de então, respondendo às demandas do mercado internacional, cresceram as exportações de ipecacuanha, de couros e peles, de penas de garça e tiveram início as explorações de erva-mate e de borracha.

A proclamação da República, em 1889, embora pouco tenha alterado o cenário econômico e social do agora estado de Mato Grosso, teve profundas repercussões no que se refere à política interna. A partir de então, o controle sobre o sistema de distribuição e venda de terras passou para a alçada estadual, com a formulação de leis e decretos relativos à posse ou à concessão de uso das

terras públicas e da exploração de recursos nelas existentes. A partir de meados da primeira década do século XX, apesar dos constantes atropelos políticos causados pelas disputas oligárquicas locais, novos fatores contribuíram para dinamizar a economia mato-grossense: a construção de duas ferrovias no estado, a Madeira-Mamoré e a Noroeste do Brasil (de Bauru-SP a Corumbá, no atual Mato Grosso do Sul); a descoberta e exploração de diamantes na região leste do estado; os trabalhos e explorações realizados pela Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas. Além da indústria extrativa – ipecacuanha, erva-mate e borracha – a pecuária gradativamente assumiu uma posição de destaque. Em especial no sul do estado, hoje estado de Mato Grosso do Sul, a criação de gado assumiu maior importância, agora favorecida pela ferrovia Noroeste do Brasil.

178

Por volta do final da década de 1920, este quadro delineado até aqui sofreu alterações significativas. Em primeiro lugar, a crise da borracha desfechou um sério golpe na economia extrativista no norte do estado, revelando seus limites e sepultando os sonhos de se desenvolver a região por essa via. A inauguração da Noroeste do Brasil representou o declínio da importância da navegação fluvial e reorientou a ocupação do estado, intensificado na área do sul de Mato Grosso, diretamente ligada a São Paulo. A partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, e alguns anos depois com o lançamento da Marcha para o Oeste, as terras mato-grossenses tornaram-se “presas fáceis” de um intenso processo especulativo que perdurou por muito tempo.

Entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, percorrer a região, a exemplo de outras onde a ocupação pelos representantes da “civilização” não havia deixado marcas mais duradouras ou transformado significativamente a paisagem, acentuava no viajante a percepção de estar penetrando em um espaço onde a natureza “praticamente desconhecia a mão do homem”. Viajar por Mato Grosso era, de certa forma, “levantar o véu secular” que, mesmo no findar dos oitocentos, ainda o escondia. Seu território aparecia como um tesouro para os estudiosos do mundo natural e das populações nativas, e um rico manancial para os “comerciantes, industriais ou financistas” ansiosos por “aproveitar estes estudos para a frutuosa colocação de seus produtos ou de seus capitais.”²

A amplidão das terras mato-grossenses provocava uma constante tensão entre o assombro defronte a uma natureza considerada, sob todos os aspectos, exuberante, fértil, pujante e majestosa, e o anseio por difundir a civilização, cuja marca mais característica seria o domínio sobre o mundo natural e sua radical transformação. Reconhecia-se a inexorabilidade da transformação e mesmo da destruição das tão admiradas paisagens tropicais, destinadas a ceder lugar, cedo ou tarde, a cultivos agrícolas, cidades, ferrovias, estradas, pontes, canais e tantas outras expressões do domínio dos seres humanos sobre a natureza. Com isso, reafirmava-se a crença no poder transformador do homem moderno, via engenho e técnica, capaz de criar paisagens adequadas aos seus projetos e intenções.³

As descrições positivas do mundo natural, pautadas pela admiração diante da abundância da vida vegetal e animal, eram acompanhadas por uma profusão de expressões negativas, como ruínas, decadência e abandono, relativas às paisagens alteradas pela mão dos homens. Marcas de antigas ocupações quebravam a harmonia de uma natureza que a priori se esperava “virgem”, primitiva, intocada e corroboravam a idéia da impotência dos habitantes das regiões tropicais ante uma natureza hostil, impotência produzida pelo próprio meio tropical.

À vitalidade da natureza corresponderia a ausência, entre seus habitantes, de qualquer atividade vital necessária. Nessa perspectiva, os trópicos eram vistos como terrenos impróprios para a difusão da civilização, pois amoleciam o espírito dos homens, induziam à preguiça e entorpeciam qualquer desejo de iniciativa. Às considerações sobre a influência deletéria dos fatores climáticos e do meio tropical sobre os seres humanos, juntavam-se aquelas relativas às teorias raciais da superioridade do homem “branco”. Assim, parte do atraso da região era atribuída às características raciais de seus habitantes, considerando-se que os cruzamentos raciais haviam produzido uma população debilitada, de ânimo entorpecido, sem espírito de iniciativa, sem disposição, ambição ou energia para qualquer atividade.⁴

Por fim, havia o agravante do isolamento em que se mantinham os habitantes da região, contribuindo para o estado de torpor e apatia irreversível que os caracterizava. Separado do litoral e, em geral, de qualquer centro mais civilizado, Mato Grosso era visto como mantido à margem das transformações e dinâmicas

características do mundo contemporâneo. Se isso era válido para as áreas urbanas, o era ainda mais para aqueles que viviam em ermos distantes, aonde poucas pessoas chegavam e se permanecia meses sem encontrar ninguém.

180 Ressaltava-se ainda o contraste entre a vastidão territorial e a ocupação populacional, revelado na esparsa ocupação por elementos civilizados, numa propalada carência de mão-de-obra e, mais importante, na incipiente produção agrícola. Tornava-se difícil compreender porque “uma população de 100.000 habitantes, ocupando um território fértil, duas vezes e meia maior que a França, longe de exportar produtos agrícolas, tem de importar a metade desses mesmos produtos necessários para seu consumo”.⁵ Enfatizavam o potencial de Mato Grosso para abrigar um número de habitantes muitas vezes superior ao então existente. Até quando descreviam núcleos populacionais persistiam em considerar a região vazia, exatamente por não abrigar uma população “laboriosa”, o que servia para alimentar a percepção de que as riquezas se mantinham inexploradas e a natureza intocada. Associavam, portanto, as “terras desocupadas” à “ociosidade da população”.⁶

Nessa perspectiva, apesar dos elogios à abundância e variedade da cobertura vegetal, esses discursos revelavam muitas vezes uma admiração, talvez ainda mais acentuada, pelas potencialidades existentes para a agricultura e a pecuária. Um especial para os estrangeiros, a existência de extensas áreas “improdutivas” era vista, em primeiro lugar, como um indício do reino da barbárie e da ausência de civilização. Em segundo lugar e em decorrência da primeira visão, como áreas que demandavam a ocupação humana pelo trabalho e pela produção. A ausência de grandes extensões de terra cultivadas patenteava a existência da enorme distância que separava a região do mundo contemporâneo, leia-se europeu.

Vista a partir deste ângulo, a abundância de recursos naturais, tão louvada em alguns momentos, era considerada, sob certos aspectos, um problema, já que surgia como um fator a mais a impedir a organização de uma sociedade impulsionada pela racionalidade econômica. Os moradores locais viviam satisfeitos com o pouco que a natureza lhes concedia, apesar da “extrema fertilidade da terra”.⁷ Pensava-se que por ter reduzidas necessidades para garantir sua subsistência, as

peessoas não se preocupavam em efetuar transformações no meio e permaneciam em estádios primitivos, quando os homens limitavam-se à coleta, à caça, à pesca e ao cultivo de uns poucos gêneros alimentícios. Dessa forma, considerava-se a benignidade do meio “uma das causas da falta de atividade dos habitantes do Estado, que encontrando uma ração fácil sob um clima que não exige fogo nem coberta, desprezam as ocupações [...] muito fatigantes, em sua opinião, da indústria moderna”.⁸

Era extensa a enumeração do que não se fazia e/ou não se produzia. Dessas críticas acerbas, não escapavam sequer os setores mais privilegiados da população local. Os fazendeiros, membros da classe mais abastada e teoricamente a mais capaz de dar exemplos, eram encarados como indivíduos sem iniciativa, indolentes e avessos aos melhoramentos, que deixavam os abundantes produtos da região mal aproveitados e pouco comercializados. Este conjunto de elementos significava o mais completo desperdício, uma perfeita demonstração da inadequação dos moradores locais ao mundo moderno, mercantilizado e gerador de lucros. Os proprietários de grandes fazendas mantinham a maior parte de suas terras sem aproveitamento econômico e não tinham “nem assiduidade e nem indústria”, sendo por vezes incapazes de suprirem suas próprias necessidades.⁹

Nem mesmo os moradores dos centros urbanos, espaços comumente identificados à cultura e ao progresso, escapavam das críticas. As ruas e praças de Cuiabá davam às visitas a “impressão de uma cidade em declínio”, estacionária e apegada a valores e tradições regionais que revelavam o atraso e a ignorância da população.¹⁰

Considerava-se que o isolamento e a distância da região em relação aos centros mais dinâmicos do país subtraíam ao homem algumas de suas características primordiais: a sociabilidade, a divisão do trabalho, a especialização e, por fim, a concorrência. Sem elas, a produção, base fundamental da sociedade, servia apenas para garantir a subsistência e em nada contribuía para o aperfeiçoamento humano. Este caráter “imperfeito” da organização do trabalho em Mato Grosso era recorrentemente destacado por grande parte dos autores, criticando-se a independência dos moradores locais em relação às outras pessoas e, especialmente,

ao mercado. Com isso, os mato-grossenses perdiam as “incontestáveis vantagens da especialização das profissões e dos ofícios, resultado da vida em comum”.¹¹

Apesar de essa situação ter seu lado positivo, permitindo o desenvolvimento de certa criatividade para enfrentar os problemas do dia-a-dia, ela impedia a especialização do trabalho. Neste momento, a especialização, situada no “próprio coração do modo capitalista de produção”,¹² constituía um pré-requisito para todos os que almejavam acompanhar o movimento geral da história, cuja direção era dada pela implantação dos valores e práticas capitalistas, alardeados como os únicos propiciadores de prosperidade e ganhos para todos.

182

Foi a partir deste viés que se pôde desqualificar e negar a auto-suficiência, entendida como entrave ao desenvolvimento da divisão do trabalho e da especialização, características das sociedades capitalistas economicamente mais dinâmicas e avançadas. A identificação entre auto-suficiência e atraso era fruto da mentalidade que via na natureza um enorme potencial de riquezas, efetivado apenas quando os recursos disponíveis se transformassem em mercadorias para o mercado mundial, sendo a exploração econômica a medida de seu valor. Tudo isso pressupunha a conquista da natureza, realizada quando nela se imprimia a marca do trabalho, condição essencial para a transformação dos recursos naturais em bens comercializáveis e para a conseqüente produção de riqueza material.¹³

Partilhando dessas avaliações negativas da população local estavam os presidentes de província e de estado. Em seus relatórios, apresentam um discurso essencialmente normativo, repleto de propostas e, acima de tudo, capaz de indicar soluções e de instigar o espírito de empreendimento entre os membros das elites locais. Neles encontram-se também análises que revelam claramente muitas das concepções então vigentes acerca do progresso e da difusão da civilização, sustentáculos de grande parte das alternativas oferecidas por seus autores para o desenvolvimento da região. Ao lado de reiterados louvores à natureza, também teciam considerações sobre a ação que esta mesma natureza exercia sobre as pessoas da região. A piscosidade dos rios, por exemplo, aparentemente um elemento positivo, revelava-se um “grande mal, porque, pode-se dizer sem medo de errar, alimenta a ociosidade” da população.¹⁴

Essa percepção do território mato-grossense como abrigo de uma população totalmente fora do tempo, vivendo praticamente em estádios anteriores da evolução política, social, cultural e econômica vinculava-se estreitamente a uma outra noção, que gradativamente tornava-se dominante, segundo a qual o trabalho regular, disciplinado e produtor de mercadorias representava um elemento essencial na edificação da sociedade moderna e civilizada. Por este ângulo, as atividades em que a população mato-grossense empenhava seu tempo eram vistas como não-trabalho, por não gerarem mercadorias, e reforçavam a percepção sobre a indolência e a ociosidade reinantes na região. Diante desse quadro, projetava-se a necessidade de substituir essas atitudes pelo trabalho realizado em moldes racionais, isto é, capitalistas. Para os que assim pensavam, a clara oposição entre barbárie e civilização corporificava-se na oposição entre natureza inculta e terras cultivadas ou exploradas.

O trabalho a ser empreendido para realizar as propaladas “riquezas locais” assumia dimensões gigantescas, correspondentes às dimensões do próprio território sobre o qual se desejava atuar, porém absolutamente em desacordo com os mato-grossenses, vistos como inertes e apáticos, incapazes de efetuar modificações no meio natural. Pela ótica colonizadora e etnocêntrica, o único meio de efetivar essa exploração seria o ingresso de homens e capitais estrangeiros, pois Mato Grosso carecia de homens mais enérgicos e empreendedores, afeitos às lides empresariais e comerciais.

Percebe-se, portanto, que a natureza local era encarada como um inesgotável depósito de matérias-primas à espera de aproveitamento racional e produtivo, destinadas a alimentar o mercado externo. A diversidade representava a multiplicação de oportunidades de investimento. Os recursos naturais existiriam para serem transformados em mercadorias e não realizar este propósito implicaria desperdício, falta de visão empreendedora e, no limite, expressaria uma total ausência de civilização. A efetivação deste ambicioso projeto demandava uma modificação profunda nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais da região. Exigia, sobretudo, ações diferentes daquelas que marcavam a história da região e, por que não dizer, do próprio país, a serem produzidas por indivíduos

firmes e conscientes de seus propósitos.

Reconhecia-se a impossibilidade de se implantar em Mato Grosso o modelo agrário exportador característico das regiões brasileiras litorâneas. Alguns autores apontavam para a região um outro futuro, baseado na exploração de seus recursos naturais pela via do extrativismo, acreditando que a Mato Grosso bastaria talvez estimular a exportação de suas diversas plantas e de outros produtos extrativos. Enfatizavam, ainda, que a riqueza mato-grossense residia na variada vegetação, prodigiosa fonte de matérias-primas para a “construção terrestre e naval, a marcenaria, a tinturaria, a peleteria”.¹⁵ Cabia mostrar aos “olhos do mundo” riquezas ainda desconhecidas, seguramente ambicionadas pelos industriais, capazes de trazerem consigo as “fábricas, o trabalho, a população, o desenvolvimento social, a prosperidade, o progresso e o engrandecimento”.¹⁶

184

Os autores desse tipo de afirmação manifestavam a idéia de que o mundo natural, por mais diverso e exuberante que fosse, precisava ser “domesticado” e transformado para satisfazer as necessidades humanas, então identificadas ao aumento das relações de troca e, conseqüentemente, da riqueza econômica. Em termos mais simples e diretos, se a abundância levava à ociosidade e mantinha “inertes” os habitantes locais, cabia eliminar a causa para se obter o efeito desejado. Eliminação por duas vias: pelo controle do acesso aos recursos naturais e abrindo-se as terras para seu fim último e primordial, ou seja, campos agrícolas, cidades, indústrias, estradas.

Fosse quantitativa ou qualitativamente, os habitantes de Mato Grosso não pareciam aptos a esse tipo de ação. Clamava-se pela efetiva ocupação do território mato-grossense, representando tal ocupação a possibilidade de se dispor de empresários e capitais, bem como de trabalhadores para explorar as riquezas locais e dinamizar a economia. O povoamento só seria profícuo com indivíduos capazes de cumprir esse desiderato, encarado principalmente sob o ponto de vista de uma melhor utilização dos recursos naturais, isto é, da produção de mercadorias.¹⁷

Para muitos observadores, parecia improvável que Mato Grosso pudesse, num futuro próximo, atrair imigrantes, proposta que em outras regiões do país apresentava-se como o caminho mais viável. A exigüidade dos recursos financeiros

e administrativos da região, a “hostilidade” do meio, as dificuldades de transporte e o conseqüente isolamento, a ameaça dos índios selvagens, entre outros, constituíam obstáculos poderosos à colonização com imigrantes estrangeiros. Em função disso, alguns presidentes de província enfatizavam a necessidade de concentrar os esforços no estímulo à imigração adaptada às circunstâncias locais e às condições climáticas, isto é, de indivíduos “habituaados a uma vida errante e não isenta de privações”.¹⁸ Desse modo, destacava-se a necessidade de se cuidar inicialmente da colonização dos índios, questão intensamente debatida e quase sempre presente nos discursos dos intelectuais, dos políticos e dos homens letrados que pensaram acerca dos problemas da região.¹⁹

Contudo, os esforços para estabelecer um processo de ocupação e povoamento condizente com os princípios da civilização não poderiam deixar de lado, além dos índios, a população local ou nacional não-indígena. Eram propostas que surgiam como soluções transitórias e paliativas, pensadas especialmente em relação à ocupação produtiva de vastas áreas “vazias”, nas quais o habitante dos sertões, o sertanejo, era encarado como “quase o único desbravador dos sertões”.²⁰

Ao conjunto dessas conclusões e reflexões, deve-se boa parte das avaliações do território e da população mato-grossense. Conhecer Mato Grosso significava lançar sobre ele um olhar crítico, quase sempre paradoxal, no qual se mesclavam diferentes ordens de idéias. Ao passo que se proclamava a hostilidade do meio natural, exigindo-se sua transformação pela ação humana, exaltava-se e, quase que no mesmo momento, condenava-se sua abundância e magnificência. Exaltação da beleza e profusão de riquezas, condenação do que isso representava para os moradores locais: a possibilidade de “nada fazer” e de nada produzir de útil para si ou para o país.

Mesmo parte da elite mato-grossense incorporava algumas dessas visões negativas. Para alguns integrantes da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura, criada em 1907,²¹ a lavoura mato-grossense era um “organismo doente”, cujo tratamento demandava um “diagnóstico” preciso e a aplicação de “remédios” adequados. Sua cura dependia de ações contínuas, permanentes e se daria a longo prazo. Nessa perspectiva, objetivavam primordialmente promover o desenvolvimento da agricultura e difundir técnicas modernas de produção para

“diminuir o esforço do homem e torná-lo mais remunerador”. Manifestavam forte confiança nos melhoramentos técnicos para superar o atraso e expandir a economia nos “moldes largos e progressistas, que [constituem] a base necessária e suficiente do [...] desenvolvimento e riqueza”. Enfatizavam a necessidade de se promover ações educativas que contribuiriam para eliminar procedimentos rotineiros e antiquados, práticas perniciosas ao conjunto da produção e, mais ainda, ao ambiente, como a pratica das queimadas.²²

Era bastante comum a identificação do extrativismo à razão pela qual a agricultura não progredia em Mato Grosso, e caminhasse com a “velocidade do caranguejo”. Isso porque provocava o “êxodo dos seus poucos braços”, atraídos pela “diminuição do trabalho e ilusório aumento de salário”.²³

186

Em face de um quadro no qual o presente parecia totalmente insatisfatório, construíam-se enormes expectativas para o futuro de Mato Grosso. Promessas que se concretizariam a médio ou a longo prazo eram sempre apresentadas, e pareciam bons substitutos para um presente aquém do desejado. Havia sempre obstáculos e dificuldades a superar até se realizar o destino maior da região, inscrito, segundo recorrentemente se afirmava, em sua grandeza territorial e em seus atributos físicos. É como se Mato Grosso estivesse permanentemente fadado a um vir-a-ser, remetendo sempre para um futuro promissor o ideal de sociedade que se almejava.

À valorização da diferença em relação a outros lugares, corporificada na abundância e na pujança da natureza, contrapunha-se um outro elemento fundamental quando se pensava no desenvolvimento das potencialidades regionais. Tratava-se da vastidão territorial, da grande extensão de terras, vistas a partir da perspectiva da produção agroexportadora, e capaz de anular, no universo mental de muitos dos intelectuais e políticos, as vantagens decorrentes da existência de variados recursos naturais. Por essa razão, deplorava-se em especial o estado desanimador da “indústria agrícola, que abraça todos os trabalhos, pelos quais [...] o homem constringe a terra cultivável a produzir até satisfazer suas necessidades”.²⁴

O conjunto dessas representações revela a existência, mais difusa no período imperial do que na República, de projetos de ocupação dessa parte da hinterlândia brasileira, apontando para transformações radicais na paisagem, física e social, e

nos quais se percebe a presença recorrente de apelos à inserção dessa ampla região nos mercados nacional e internacional. O vasto interior desconhecido, mas prenhe de abundantes recursos naturais, oferecia-se, assim, como um campo privilegiado para a elaboração de propostas que permitiam descortinar um futuro bem mais promissor. Isso, contudo, dependia da superação da dicotomia litoral/sertão, sentida com mais intensidade desde a emancipação política do país, mediante o aproveitamento das riquezas ofertadas pela natureza, e que aguardavam apenas a ação dos seres humanos.

Para chegar a esse fim, havia ainda que percorrer um longo caminho, por vezes encarado como praticamente inatingível. Atingi-lo dependia da introdução de mudanças substanciais na natureza e nos habitantes mato-grossenses, único modo de transformar Mato Grosso no grande “celeiro” do país, na “terra da promessa”, na “Canaã do Oeste”, enfim, no Eldorado sempre almejado. Acima de tudo, era necessário deixar de desperdiçar os recursos naturais, instituir práticas e formas de uso mais produtivas.

Os inúmeros recursos naturais locais e os usos que os mato-grossenses fizeram deles em seu dia-a-dia traduzem percepções da natureza bastante diferenciadas daquelas vistas até aqui. O relevante e crucial papel que o uso dos recursos naturais desempenhou no cotidiano, nas condições de vida e de trabalho de boa parte da população mato-grossense, foi desprezado por quase todos os autores das fontes utilizadas neste trabalho. Desprezo que se sustentava na idéia de que os recursos naturais, quando utilizados apenas para suprir as necessidades da vida cotidiana ou debilmente aproveitados como mercadorias, mantinham-se totalmente inúteis.

A satisfação de grande parte das necessidades cotidianas dos habitantes de Mato Grosso dependia da utilização da enorme variedade dos elementos naturais, vitais para manter a população na região ao longo do tempo, em especial para aqueles que não dispunham de meios pecuniários para adquirir bens e produtos

de outras regiões do país ou do exterior. A extrema dificuldade de abastecimento na região, praticamente uma constante ao longo do período analisado neste trabalho, conjugada ao baixo poder aquisitivo da maior parte dos seus moradores e ao internamento de muitos deles sertão adentro, explica a intensa utilização dos recursos naturais para suprir diversas necessidades: desde a alimentação, a cura de males e doenças, a confecção de instrumentos de uso doméstico ou de trabalho até a construção das casas, fazendas, engenhos, prédios públicos e outros.

188 | Moradores das cidades, artesãos, pequenos posseiros internados na solidão das paragens mato-grossenses, ribeirinhos, grandes fazendeiros de gado, peões e vaqueiros, proprietários e empregados de engenhos, garimpeiros, caçadores e pescadores, trabalhadores e patrões das atividades extrativistas, embrenhados na floresta tropical, no cerrado ou no Pantanal: para cada um deles os recursos naturais locais tiveram importância, maior ou menor dependendo do conhecimento que dispunham do meio físico, do grau de inserção na economia e nos mercados, bem como da capacidade de suprir-se de produtos manufaturados ou industrializados. Para a população, em especial as camadas mais pobres, a rica e variada cobertura vegetal era, senão a única, a principal fonte fornecedora de matéria-prima para a fabricação de chás, unguentos e “garrafadas” para a cura de doenças.

No interior mais distante ou nos arrabaldes das cidades e povoados, quase todas as casas eram construídas com os materiais disponíveis nas proximidades. As mais pobres eram choças ou palhoças em tudo semelhantes à moradia típica do caipira brasileiro. A cobertura era de palha ou folhas de diferentes palmeiras, entre as quais se destacava o babaçu; nas paredes usavam a taipa, confeccionada com uma “massa argilosa que se espreme entre duas pranchas paralelas”.²⁵ Em poucas casas se viam telhas e outros materiais mais “sofisticados”, em geral encontrados apenas em algumas residências ou prédios públicos urbanos ou nas sedes das fazendas mais prósperas.²⁶ Em Cuiabá, por exemplo, eram comuns casas de “tijolos de argila e cobertas de telhas”, mas somente os prédios públicos e as casas mais abastadas contavam com materiais importados,²⁷ em especial depois de franqueada a navegação do rio Paraguai, em 1870, que possibilitou o transporte de mercadorias que antes dificilmente chegavam a Mato Grosso.

Mesmo nas grandes propriedades agrícolas imperava a rusticidade nas habitações, quase todas sem forro ou soalhos e com poucos móveis. Na construção de casas, estábulos, depósitos e outras edificações necessárias nas fazendas, ou em qualquer tipo de estabelecimento localizado no interior, eram utilizados os diversos recursos encontrados localmente, praticamente sem o concurso de produtos vindos de fora da região. Redes de pesca, móveis, redes para o descanso, utensílios para cozinhar e domésticos em geral, violas, eram fabricados no local. Para comer, havia peixes em abundância nos rios da região, a rapadura feita nas engenhocas; o produto das roças e frutas variadas. Os maiores estabelecimentos agroindustriais ou pecuários da região, como os engenhos de açúcar, as charqueadas (conhecidas localmente como saladeiros) e as grandes fazendas de criação, constituíam unidades auto-suficientes, importando-se apenas sal, ferramentas, bebidas e tecidos finos.

Praticamente todo o mobiliário era fabricado com os recursos locais: na sala, apenas uma comprida mesa de tábuas sobre cavaletes, flanqueada de bancos igualmente de madeira tosca. Nos quartos, as redes eram amarradas de manhã, deixando um amplo espaço vago durante o dia, ou as camas eram “feitas de um couro esticado entre paus”, mesmo material utilizado para confeccionar fechos para as portas e janelas das casas.²⁸ Encostados nas paredes ficavam baús e canastras, encourados ou de madeira envernizada. Completavam o conjunto mais alguns tamboretos e mochos de armação de madeira, forrados de couro cru ou sola.²⁹

Nos engenhos, fabricavam-se as moendas com peças de jatobá torneadas e apenas os “tachões, para o cozimento da garapa e os alambiques [...] eram adquiridos fora dos domínios”.³⁰ A rapadura era moldada em grades desmontáveis de madeira e o açúcar em formas de barro. Nos saladeiros, a madeira, especialmente o guanadi e o cambará, servia para fazer “caixas, caixões e caixotes para acomodar sabão, latas de extrato de carne e de graxas”.³¹

Inúmeros outros usos eram dados para a madeira nos locais em que dela se dispunha facilmente. Em muitos pontos da região os rios eram as únicas vias de comunicação e variados tipos de embarcações eram construídos pelos próprios moradores, em especial balsas, canoas e batelões.³² No trajeto das precárias estradas, trilhos e picadas, a madeira servia para a construção ou reparo de pontes.

Muito usada pelos moradores locais para os mais diversos fins, a madeira era pouco comercializada em Mato Grosso, o que suscitava críticas e estimulava a apresentação de propostas de exploração madeireira. Diferentes espécies de árvores se destacavam para a fabricação de móveis, de canoas, batelões, para postes, mourões e esteios, para se obter o breu para calafetar as embarcações e, sobretudo, para lenha.³³

190 | No Pantanal mato-grossense³⁴ a interação entre os homens e a natureza foi, talvez mais do que em outros pontos do território mato-grossense, fundamental para permitir a manutenção de seus primeiros ocupantes não-indígenas, em tudo dependentes dos constantes fluxos naturais, sujeitos às periódicas e radicais mudanças da paisagem. Nos campos apropriados à criação, onde o gado reproduzia-se facilmente e não dependia de maiores cuidados, formaram-se, ao longo de séculos de ocupação “branca”, grandes propriedades pecuárias. Nessa área formou-se o chamado homem pantaneiro, adaptado às condições ambientais e movendo-se habilmente numa imensidão de terras inundadas durante parte do ano. As dificuldades de comunicação tornavam praticamente impossível depender de abastecimento externo e os processos de trabalho, costumes e hábitos ajustaram-se às condições ambientais locais, criando-se, em suma, toda uma cultura própria.

Para capturar os peixes, uma das fontes de proteína mais importantes dos habitantes locais, várias técnicas eram utilizadas, sendo a mais comum “machucar” as raízes do timbó-mirim para então jogá-las na água, deixando os peixes tontos e prontos para serem retirados do rio.³⁵ Pescava-se também atraindo os peixes com a candeia, cuja mecha de algodão era embebida em azeite de peixe. Durante a “lufada” (piracema), quando os peixes subiam os rios agitando suas águas e fazendo ruídos ouvidos à distância, a abundância de peixes dispensava qualquer técnica especial: bastava bater no fundo das canoas para que os peixes pulassem e caíssem nelas.

A copiosa pesca durante a “lufada” ensejava a fabricação do azeite de peixe,³⁶ muito usado como óleo para cozinhar, combustível para lamparinas e candeias e, em menor escala, na feitura de repelentes. Além disso, fornecia “lubrificante de uso generalizado nos estabelecimentos rurais dos municípios vizinhos a Santo Antônio”,³⁷ cidade às margens do rio Cuiabá. Era um produto essencial no dia-a-

dia do mato-grossense ribeirinho, tanto nas áreas urbanas quanto rurais.

Ao longo de todo o século XIX, o azeite de peixe, bem como o óleo de mamona, figurou na relação dos produtos comercializados nos mercados públicos de Cuiabá, assumindo um peso significativo nas relações de troca locais e contribuindo para a manutenção de muitas famílias ribeirinhas.³⁸ A iluminação pública desta cidade, implantada em 1839, consistia de lampiões de azeite de peixe ou mamona, dispostos pelas principais ruas da cidade,³⁹ complementada por outros lampiões e candeeiros colocados pelos moradores nas portas de suas casas.⁴⁰

A fauna também era altamente valorizada pelos mato-grossenses. A caça de diversos animais complementava a alimentação e fornecia peles e couros, comercializados ou utilizados na elaboração de artigos de uso cotidiano. Para as pessoas que viviam em locais distantes dos rios, a carne assim obtida constituía a base da alimentação. Com os couros, os habitantes locais faziam camas ou mesas, comumente chamadas tiradores. Com couro de jibóia confeccionavam botas e bolsas, aproveitando também a carne como alimento.⁴¹ A capivara era muito apreciada por sua carne e pela gordura, de grande aplicação terapêutica. Outros animais, como o tatu, a capivara, a lontra e a ariranha constituíam presas bastante procuradas. Os pelos dos dois últimos eram bastante valorizados e, em escala reduzida, incrementavam o comércio com os mercados externos. Também no que diz respeito a esta atividade, os mato-grossenses eram criticados por venderem o couro sem curti-los adequadamente, especialmente por existirem várias espécies de árvores ricas em tanino, principal matéria-prima empregada nos curtumes.

Embora o couro de jacaré ainda fosse pouco valorizado até as primeiras décadas do século XX, a existência de um número tão elevado destes animais fazia com que alguns observadores, em geral estrangeiros, vissem nele um forte potencial econômico e se mostrassem ansiosos por explorá-lo comercialmente.⁴²

As penas de garça, as famosas *aigrettes*, utilizadas como adorno feminino e no capacete dos oficiais europeus, eram exportadas, numa escala significativa, no período compreendido entre o final do século XIX e o início do seguinte. Para obtê-las, bastava ir até os viveiros, também denominados nideiros, onde estas aves se recolhiam ao fim de cada dia e que ficavam repletos de penas caídas

no chão.⁴³ Contudo, para obter maiores quantidades de penas, muitas vezes os caçadores postavam-se sob as árvores, abatendo as aves que nelas pousavam. Por este processo, era possível recolher de 4 a 5 kg de penas em um mês.⁴⁴

No cerrado, a fauna, apesar de mais variada – “há um pouco de tudo” – não era numericamente significativa. Assim, tanto a vegetação quanto a fauna do cerrado apareciam aos olhos de muitos observadores, impregnados pela estética do sublime e do monumental, como pobres, raquíticas e sem maiores interesses. Mesmo as “qualidades” das plantas, conhecidas apenas pelos sertanejos, não despertavam interesse e não pareciam merecer grandes atenções. O uso que delas fazia o sertanejo era secundário, pois nada indicava as potencialidades destes produtos como mercadorias. A diversidade, a beleza, e mesmo a utilidade, ocultavam-se aos olhos daqueles que esperavam ver paisagens mais impactantes, capazes de elevar a imaginação e atizar o desejo de conquista dos homens. Abro aqui um parêntese, para ressaltar uma particularidade interessante quanto ao modo como se costumava encarar o cerrado, presente até muito recentemente. Em geral, desconsiderava-se a paisagem dos cerrados, não se vendo nela importância, tanto pelo que encerrava em si quanto em termos de recursos naturais economicamente interessantes. Desse modo, fosse por motivos estéticos ou por considerações práticas e econômicas, muitas vezes descartou-se a necessidade de manter este ecossistema, enxergando-se unicamente a possibilidade de utilizar suas terras, ou seja, o solo, para introdução de gado ou da agricultura.

Exaltava-se a riqueza madeireira que Mato Grosso possuía, a variedade de espécies e sua excelência. Criticava-se, porém, o total desperdício dessa riqueza na região, onde toneladas de madeira eram queimadas para o fornecimento de lenha aos barcos a vapor. Fatos como esse pareciam revelar a imprevidência que vigorava entre governantes e população, pois vários produtos se perdiam com o desmatamento indiscriminado.⁴⁵ Os autores dos relatos eram unânimes nas críticas aos “desperdícios” das matas, muitas vezes queimadas sem que sequer se aproveitasse sua riqueza madeireira.

Tendo como pano de fundo o quadro delineado aqui, vê-se que a partir de fins do século XIX e início do XX começou a se configurar um longo processo que, ao invés de incentivar a exploração da enorme variedade de recursos naturais existentes, privilegiou as atividades agrícolas e a pecuária. A percepção sobre as riquezas naturais de Mato Grosso deixou de lado a diversidade natural e, cada vez mais limitada, identificando-se como a principal riqueza da região as enormes extensões de terras planas para a agricultura e a pecuária. Desse modo, “todas as complexas forças e interações, seres e processos que designamos ‘natureza’ (...) foram comprimidas na abstração simplificada, ‘terra’”.⁴⁶

O resultado desse longo processo foi a predominância de um determinado modelo de ocupação das terras mato-grossenses em tudo oposto ao hoje propalado desenvolvimento sustentável. Processo apenas delineado por volta da década de 1920, mais configurado a partir de 1930 e que atinge seu ponto culminante nos anos de 1970, quando a ênfase foi posta em políticas de ocupação voltadas para a incorporação produtiva destes espaços e se inaugurou um processo de radical transformação da paisagem original. Assim, a louvada diversidade de recursos naturais passou a ser encarada como secundária e, em muitos casos, até mesmo como um obstáculo à instalação de grandes empreendimentos agrícolas ou pecuários. A partir de então, parcelas significativas da população mato-grossense foram deixando de ter acesso aos recursos naturais e grandes propriedades agropecuárias instalaram-se em lugares antes ocupados por ecossistemas complexos e diversificados.

Outro resultado desse enrijecimento e empobrecimento das concepções sobre a natureza local, revelou-se no fortalecimento da visão negativa e preconceituosa sobre os usos que, tradicionalmente, as populações pobres faziam dos recursos naturais. A apropriação de vastas extensões de terra para a agricultura ou a pecuária, e o intenso processo de especulação de terras que marcou a história da ocupação do Centro-Oeste a partir da década de 1930 redundou, na maioria das vezes, na expulsão definitiva de grupos sociais tradicionais de suas áreas e, conseqüentemente, retirou-lhes o acesso aos recursos naturais. E, tão grave quanto, foi responsável por mudanças radicais na paisagem que, num processo acelerado,

assume a cada dia novas feições.

Da noite para o dia as florestas e os cerrados vêm desaparecendo, alguns de seus rios secando, dezenas de cidades surgindo como por encanto. Mato Grosso, enfim, se destaca mundialmente com a triste marca de ser o estado brasileiro que mais desmata e queima sua vegetação nativa. O futuro, tão sonhado por todos, enfim chegou, mas cobra um alto preço e exige como pagamento a destruição dos espaços naturais e de muito daquilo que tanto se cantou e louvou. Infelizmente, a natureza tropical, diferentemente das regiões temperadas, dificilmente se recupera dos traumas recebidos. Na imensa diversidade dos biomas reside a sua força e sua fragilidade. Depois de degradada, o retorno à situação anterior, com a imensa gama de espécies e relações, é praticamente impossível.

194

Pelo que se viu até aqui, a imposição de formas radicalmente diversas de conceber o mundo natural e de utilizar os recursos naturais, teve – e tem – efeitos devastadores, que se revelam em problemas sociais e ambientais gravíssimos. Por sua vez, os conflitos e disputas pelo acesso aos recursos naturais estão constantemente presentes nas decisões políticas ambientais. A noção do que é ou não um recurso varia no tempo, no espaço e na sociedade. O que é recurso para alguém, pode não ser para outro, o que não é recurso hoje pode vir a sê-lo amanhã. Qualquer decisão sobre o uso dos recursos naturais legítimar um uso em detrimento de outro. Conflitos entre múltiplas concepções de recursos ocorrem a todo momento, embora aparentemente a “natureza” e o ambiente sejam os mesmos. Na verdade, no passado e hoje, questões como as delineadas acima, situam-se no centro do embate entre múltiplas formas de pensar a natureza e os usos dos recursos nela disponíveis. Refletem a existência de interesses antagônicos, muitas vezes irreconciliáveis e que, a história tem mostrado, podem levar a conflitos violentos. É, além do mais, causa e resultado de processos de dominação permanentemente em curso, nos quais os perdedores não apenas deixam de ter acesso a recursos importantes para sua sobrevivência, mas também vêem a destruição de suas próprias culturas.

Deve-se considerar, ainda, que quando os seres humanos realizam qualquer transformação em um ambiente, estabelecem também os limites dos usos subsequentes dos recursos. Desse modo, sabendo-se que a avaliação dos recursos

naturais muda em função do tempo e de diferentes grupos sociais e culturais, cabe-nos sempre perguntar “quais recursos, para quem e quando”. No curso da história, em vários momentos operam-se mudanças ecológicas radicais em função da preponderância de determinadas concepções e práticas sobre a natureza, o que incide dramaticamente sobre as populações humanas.

Apesar do quadro dramático e dos números sobre a destruição da natureza, ainda existem, não só em Mato Grosso mas em todo o Brasil, inúmeras opções de uso dos recursos naturais. Devemos levar em conta aquilo que ficou para trás, opções esquecidas, caminhos não percorridos ou apenas vislumbrados. Por eles, talvez possamos construir efetivamente um futuro tal como queremos, considerando não uma história inexorável, mas a diversidade de caminhos que nos são apresentados. Afinal de contas, os problemas ambientais, ou de qualquer tipo, não são frutos de uma história inevitável, tampouco de todas as formas de organização social e de utilização dos recursos naturais ou de uma essência intrínseca aos homens, mas de confrontos sociais, econômicos, políticos e intelectuais que determinaram a direção e o sentido da história.

195

NOTAS

¹ Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela UnB e Mestre em História pela UNICAMP. Professora do curso de História do Centro Unificado de Brasília-UniCEUB, Brasília/DF; coordenadora do curso de pós-graduação *lato sensu* – História, Sociedade e Cidadania – do UniCEUB. Email: maria52746@uniceub.br

² F. van Dionant. *Le rio Paraguay et l'état brésilien de Matto-Grosso*. Bruxelles: L'Imprimerie Nouvelle, 1907, p. 34.

³ Karl von den Steinen. *Conferências realizadas na sociedade de geografia do Rio de Janeiro em 1884 e 1888 pelo explorador e cientista Karl von den Steinen a respeito das expedições ao Xingu*. Cuiabá: IHGMT, 1998. (Publicações Avulsas nº 4), p. 25.

⁴ Cf., entre outros, Karl von den Steinen. *O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942; Ferdinand Nijs. “Voyage au Mato Grosso.” *Études Coloniales*, 8^o Année, nº 8/9, Août/Septembre 1901.

⁵ F. van Dionant. Op. cit., p. 50.

⁶ João Severiano da Fonseca. *Viagem ao redor do Brasil: 1875-1878*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986, p. 159.

⁷ Ver, entre outros, Francis Castelnau. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949 e Joaquim Moutinho. *Notícia sobre a Província de Matto Grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder, 1869.

- ⁸ F. van Dionant. Op. cit., p. 86.
- ⁹ Rodolfo Wachneldt. "Exploração da Província de Matto Grosso." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. tomo XXVII, 1864, p. 206.
- ¹⁰ Respectivamente, Mensagem dirigida pelo Dr. Joaquim A da Costa Marques [...] em 13 de maio de 1912, p. 6 e A. Marques. *Matto-Grosso: seus recursos naturaes, seu futuro económico*. Rio de Janeiro: Papellaria Americana, 1923, p. 78.
- ¹¹ F. van Dionant. Op. cit., p. 56.
- ¹² Donald Worster. *The Wealth of Nature: environmental history and the ecological imagination*. New York/Oxford: 1993, p. 59.
- ¹³ Cf. M. Inês Malta Castro e Lylia da S. G. Galetti. "História dos usos sociais da biodiversidade em Mato Grosso" In: Carlos F. de A. Castro (coord.). *Diagnóstico do setor florestal em Mato Grosso*. ITTO/Ibama/Funatura, 1994.
- ¹⁴ Relatório [...] Snr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Matto-Grosso..., 01/11/1878, p. 87.
- ¹⁵ João Severiano da Fonseca. Op. cit., p. 159, p. 153-155.
- ¹⁶ Idem, ibidem, p. 164.
- ¹⁷ Ver, por exemplo, Relatório [...] João José Pedrosa, Presidente da Província de Matto-Grosso..., 01/11/1878, p. 37-8.
- ¹⁸ Relatório [...] Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, 20/08/1871, p. 39.
- ¹⁹ Ver, por exemplo, Relatório [...] Francisco José Cardoso Júnior, 04/10/1872, p. 148.
- 196 ²⁰ A. Marques. Op. cit., p. 83.
- ²¹ Essa Sociedade era composta por pessoas de destaque na vida política e econômica de Mato Grosso, informadas dos avanços técnicos e conectadas com formas de pensar modernas e dinâmicas.
- ²² Livro de Registo das Actas da Sociedade Matto-Grossense de Agricultura, fundada em Cuyabá aos 17 de fevereiro de 1907, p. 8-9.
- ²³ Idem, p. 5. Ver também A. Marques. Op. cit.; F. van Dionant. Op. cit.; *Catalogo dos productos enviados pelo Estado de Matto-Grosso à Exposição Nacional de 1908*. Cuiabá: Estabelecimento Avelino de Siqueira, 1908.
- ²⁴ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de Matto-Grosso no dia 4/10/1872 pelo Presidente [...] Tenente Coronel Dr. Francisco José Cardoso Júnior, p. 58.
- ²⁵ Karl von den Steinen. Op. cit., 1942, p. 66.
- ²⁶ João Severiano da Fonseca. Op. cit., p. 354.
- ²⁷ Cf. Luiza R. R. Volpato. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.
- ²⁸ Francis Castelnau. Op. cit., p. 238.
- ²⁹ Virgílio Corrêa Filho. *Pantanaís matogrossenses*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946, p. 113-114.
- ³⁰ Augusto César Proença. *Pantanal: gente, tradição e história*. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 1997, p. 72.
- ³¹ J. Lucídio N. Rondon. *Recursos Económicos de Mato Grosso*. São Paulo, Graf. Urupês, 1972, p. 176. Ver também Virgílio Corrêa Filho. Op. cit., p. 103; Manoel Espiridião da Costa Marques. *Região Ocidental de Matto Grosso - Viagem e estudos sobre o Valle do Baixo Guaporé* (1906), 1908. Rio de Janeiro: Typ. e Pap. Hildebrandt, p. 33.
- ³² Augusto César Proença. Op. cit., p. 118.
- ³³ Augusto César Proença. Op. cit., p. 90 e S. Cardoso Ayala e F. Simon (orgs.), *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1914, p. 354.

³⁴ O Pantanal é um dos maiores sistemas de áreas alagáveis contínuas do mundo, com uma superfície de cerca de 140.000 km².

³⁵ S. Cardoso Ayala e F. Simon (orgs.). Op. cit., p. 46.

³⁶ Descrições detalhadas da fabricação de azeite de peixe podem ser encontradas em Francis Castelnau. Op. cit., p. 285-286. Ver também Maria do Carmo de Melo Rego. *Lembranças de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1993. (Edição Fac-similar de 1897), p. 61.

³⁷ Virgílio Corrêa Filho. Op. cit., p. 75.

³⁸ Virgílio Corrêa Filho. Op. cit., p. 75.

³⁹ Cf. Jesus da Silva Brandão, *Cuiabá: desenvolvimento urbano e sócio-econômico - 1825/1945*. Editora Livro Matogrossense, 1991.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 138.

⁴¹ Respectivamente, F. van Dionant. Op. cit., p. 113; Francis Castelnau. Op. cit., p. 223-224.

⁴² Cf. F. van Dionant. Op. cit.

⁴³ Antonio Carlos Simoens da Silva. *Cartas matogrossenses*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927, p. 30.

⁴⁴ F. van Dionant. Op. cit., p. 119-20; Maria do Carmo Melo Rego. Op. cit., p. 55.

⁴⁵ J. S. da Fonseca. Op. cit., p. 156-157.

⁴⁶ Donald Worster. Op. cit., p. 58.

Resumo

198

Neste trabalho o foco recai sobre os múltiplos usos dos recursos naturais e as distintas, e muitas vezes excludentes, maneiras de perceber e avaliar tais usos. Nos relatos de viajantes, naturalistas, políticos, empresários e fazendeiros, que viveram ou estiveram em Mato Grosso entre meados do século XIX e primeiras décadas do século XX, são encontradas mais variadas concepções da natureza e de suas populações e foram formulados diagnósticos dos problemas da região seguidos de propostas para superá-los. Nessas propostas, assumia lugar de destaque a necessidade de se realizar um aproveitamento "racional" e lucrativo dos abundantes recursos naturais. A utilização dos recursos naturais pelos mato-grossenses era, na maior parte das vezes, muito diverso daquilo que se acreditava ser expressão da racionalidade e, sobretudo, daquilo que se acreditava ser a maneira mais lucrativa de se dispor dos bens naturais. O resultado foi um processo marcado pela exclusão de grande parte da população local e por profundas transformações ambientais no cenário natural, excluindo-se ainda a possibilidade de usos variados dos recursos naturais, substituídos pela visão de que a riqueza natural reside na fertilidade da terra para a agricultura de grande porte.

Palavras-chave: natureza; recursos naturais; conflitos; Mato Grosso.

Resumo

This paper focuses on the multiple uses of natural resources and the various ways of perceiving and evaluating such uses, which often resulted in social exclusion. The accounts of travelers, naturalists, politicians, businessmen and ranchers who visited or lived in Mato Grosso between the mid-nineteenth century and the first decades of the twentieth century include a wide variety of conceptions of nature and local communities. Diagnostics of the region's problems were also formulated and proposals put forward to overcome them. These proposals highlighted the need for making "rational" and profitable use of abundant natural resources. The use of natural resources by local people was usually very distant from this view of rationality and, above all, from what was presumed to be the most profitable way of using nature. The result was a process marked by social exclusion of a large portion of the local population and by profound environmental transformations in natural landscapes, disregarding the possibility of other uses of natural resources, which gave way to the view that natural wealth consists of fertile land for large-scale agriculture.

Keywords: nature; natural resources; conflicts; Mato Grosso.